



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MT)

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N°_____ 2026

(Da Sra. CÉLIA XAKRIABÁ)

REQUER a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para debater o Projeto de Decreto Legislativo 942/2025 que pretende sustar os efeitos do Decreto nº 12.600, de 28 de agosto de 2025 sobre a inclusão de três hidrovias brasileiras no Programa Nacional de Desestatização, sendo elas: a Hidrovia do Rio Madeira, a Hidrovia do Rio Tocantins e a Hidrovia do Rio Tapajós.

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater a fim de debater Projeto de Decreto Legislativo 942/2025 que pretende sustar os efeitos do Decreto nº 12.600, de 28 de agosto de 2025 sobre a inclusão de três hidrovias brasileiras no Programa Nacional de Desestatização, sendo elas: a Hidrovia do Rio Madeira, a Hidrovia do Rio Tocantins e a Hidrovia do Rio Tapajós.

Para este debate, sugiro a participação de convidados que possam contribuir com informações relevantes sobre o tema, sem prejuízo de outras representações de entidades pertinentes ao tema.

1. Representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais que vivem nas proximidades do Rio Madeira, do Rio Tocantins e do Rio Tapajós



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD269175062800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá e outros

Apresentação: 08/02/2026 10:47:59.573 - CPOVOS

REQ n.2/2026



* C D 2 6 9 1 7 5 0 6 2 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Apresentação: 08/02/2026 10:47:59.573 - CPOVOS

REQ n.2/2026

2. Representantes do Poder Executivo
3. Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
4. Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo promover um debate no âmbito da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais acerca do **Projeto de Decreto Legislativo nº 942/2025**, que visa sustar os efeitos do Decreto nº 12.600, de 28 de agosto de 2025, responsável por incluir as hidrovias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós no Programa Nacional de Desestatização (PND).

A inclusão dessas hidrovias no PND representa medida de grande impacto ambiental, social, cultural, espiritual e territorial, especialmente para os povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas e extrativistas que vivem e dependem diretamente desses rios para sua sobrevivência.

Os rios não são infraestruturas logísticas, mas sim elementos estruturantes dos territórios, dos modos de vida e da segurança alimentar dessas populações.

Diversas organizações indígenas e da sociedade civil têm denunciado que o Decreto nº 12.600/2025 foi editado sem a realização de consulta livre, prévia e informada, em desacordo com o artigo 231 da Constituição Federal e com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD269175062800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá e outros



* CD269175062800 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Apresentação: 08/02/2026 10:47:59.573 - CPOVOS

REQ n.2/2026

o Brasil é signatário. Além disso, há preocupação quanto à ausência de estudos de impacto socioambiental que considerem os efeitos cumulativos das obras de dragagem, concessões e aumento do tráfego hidroviário nos ecossistemas amazônicos.

Destaca-se a mobilização dos povos indígenas do Baixo Tapajós que desde o dia 22 de janeiro vêm se organizando de forma legítima em defesa de seus territórios e evidencia a urgência de que o Parlamento promova espaços de escuta, diálogo e fiscalização.

Diante desse cenário, a realização de Audiência Pública nesta Comissão mostra-se necessária e urgente, tanto para subsidiar a análise do PDL nº 942/2025 quanto para garantir que o Parlamento cumpra seu papel constitucional de fiscalização dos atos do Poder Executivo e de defesa dos direitos dos povos originários e tradicionais da Amazônia.

Por essas razões, solicito o apoio das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2026.

CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL/MG)

Deputada Federal

AIRTON FALEIRO (PT/PA)

Deputado Federal



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD269175062800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá e outros



* C D 2 6 9 1 7 5 0 6 2 8 0 0 *



Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Célia Xakriabá (PSOL/MG) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Airton Faleiro (PT/PA)

